

CAMARA MUNICIPAL DE ITUPEVA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2018 A ABR/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	(a)	(b)
Vencos.e Vantagens Fixas - Pessoal ativo	345.592,06	522.660,77	397.351,24	360.967,27	388.924,88	369.438,91	398.777,77	548.958,81	356.150,19	439.107,26	370.166,01	403.731,85	4.901.827,02	0,00
Contratação Temporária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terceirização de Mão-de-Obra (art.18, pár. 1º da L.R.F.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Agentes Políticos	131.675,70	131.675,70	151.933,50	141.804,60	131.675,70	131.675,70	131.675,70	131.675,70	131.675,70	131.675,70	131.675,70	131.675,70	1.610.495,10	0,00
Encargos Sociais	96.863,42	101.165,00	107.875,32	106.780,94	104.063,12	100.444,04	102.338,08	160.595,76	100.217,81	95.139,52	92.047,67	92.174,00	1.259.704,68	0,00
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	8.234,80	13.092,08	8.684,74	8.684,74	8.684,74	8.684,74	8.684,74	13.412,08	8.397,61	8.397,61	8.397,61	8.397,61	111.753,10	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas e Obrigações (variáveis)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exerc.Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.501,84	0,00	0,00	27.258,66	4.546,72	0,00	10.746,78	72.054,00	0,00
SUBTOTAL (I)	582.365,98	768.593,55	665.844,80	618.237,55	633.348,44	639.745,23	641.476,29	854.642,35	623.699,97	678.866,81	602.286,99	646.725,94	7.955.833,90	0,00
Indenização por demissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.501,84	0,00	0,00	27.258,66	4.546,72	0,00	10.746,78	72.054,00	0,00
Incentivo à demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.501,84	0,00	0,00	27.258,66	4.546,72	0,00	10.746,78	72.054,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO (III) = (I - II)	582.365,98	768.593,55	665.844,80	618.237,55	633.348,44	610.243,39	641.476,29	854.642,35	596.441,31	674.320,09	602.286,99	635.979,16	7.883.779,90	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													269.667.118,51	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													7.883.779,90	2,92
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													16.180.027,11	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IV) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													15.371.025,76	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IV) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													14.562.024,40	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000